

EDITORIAL

Deus Caritas Est

O Santo Padre Bento XVI acaba de nos brindar com a sua primeira encíclica sobre um tema que nos revela o rosto cristão de Deus e a imagem cristã do homem. Numa linguagem simples e ao mesmo tempo complexa, Bento XVI diz tudo o que há a dizer sobre a delimitação filosófica e teológica da vivência existencial para a qual o termo *eros/amor* remete, e ao mesmo tempo ajuda-nos a compreender a nota específica e característica do cristianismo no mundo, a sua vocação e missão, no sentido do bem estar e da justiça, que hão-de ser informados pela *caridade*.

Mas há um vazio nesta bela encíclica de Bento XVI: não fala da *amizade*. Ora este é um assunto de extrema importância hoje, precisamente porque o excesso de *eros* e de *amor* levou a que fosse esquecida, quando a *amizade* é fundamental na relação entre as pessoas e na ordem social. Bento XVI preferiu centrar a sua reflexão sobre a *caritas*, onde muitos aspectos da *amizade* estão presentes, sobretudo na segunda parte da encíclica, quando fala da *caridade* como *prática do amor*. Na primeira parte, porém, não a menciona, quando se esperaria, tendo-se concentrado na relação, aliás, dialéctica, entre *eros* e *ágape*, na busca de uma *reconciliação*, que só é possível pela *graça*. E neste sentido a *ágape* cristã, na sua perfeição, é a *transfiguração* total do *eros*, que assim como que deixa de o ser, porque na sua suma perfeição, que só se dá na *experiência mística*, é mais um *morrer* de amor, um perder-se, mais do que encontrar-se. Ora a normal e banal existência quotidiana não vive nesta tensão permanente de um *grande amor* ou de *caridade heróica*.

De um modo muito discreto e quase como sugestão Bento XVI diz o essencial sobre o *amor/caridade*, convidando os católicos e todos os homens de boa vontade a não se conformarem com o mundo (da moda, da ideologia, do culturalmente correcto!) e a descobrirem a beleza daquele amor que é o fruto da abnegação, da renúncia e do sacrifício, porque, como diz o Senhor, quem quiser ganhar a vida há-de perdê-la. Mas para lá chegar não será necessário antes redescobrir o dom da *amizade*, essa relação desprendida e quase *indiferente* de quem se quer bem para um bem maior?

José Jacinto Ferreira de Farias, scj

TEMA DE FUNDO

Água: escassez, uso e desafios

por Luís Santos Pereira*

O tema “água” tornou-se obrigatório ao considerar aspectos tão diversos como desenvolvimento, uso e conservação dos recursos naturais, preservação do ambiente, luta contra a pobreza. De facto, os recursos hídricos vão-se tornando sempre um pouco mais escassos, não porque a natureza seja madrasta e a capacidade de renovação dos recursos esteja diminuindo, mas porque a sua procura vai aumentando sempre e, com ela, a competição entre usos.

Entre 1900 e a actualidade, a procura de água cresceu 7 a 8 vezes. É verdade que a população cresceu 5 a 6 vezes neste período, porém, mais nos países asiáticos do que na Europa. Na Ásia, onde a procura é, desde sempre, a maior, esta aumentou de cerca de 6 vezes mas na Europa esse aumento foi de quase 14 vezes e na América do Norte de aproximadamente 10 vezes. Foi nos países desenvolvidos que a procura mais aumentou e foi também nestes países que se desenvolveram os processos e tecnologias de mobilização dos recursos hídricos, desde barragens que criam reservatórios para as águas superficiais, a sistemas de bombagem que exploram os recursos subterrâneos, a redes de condução e distribuição, que colocam a água à disposição imediata dos utilizadores. Inevitavelmente, é nestes países que mais vozes clamam por novas práticas de gestão, por um controlo maior da procura, por melhor uso e produtividade.

A procura na Ásia, na África e na América Latina está mais ligada à rega, enquanto nos países desenvolvidos o seu crescimento deve-se em larga medida à indústria e

* Professor no Instituto Superior de Agronomia.

aos usos urbanos. As áreas regadas aumentaram de cerca de 6 vezes, acompanhando o crescimento da população, mas os usos agrícolas cresceram apenas de 5 vezes. Diferentemente, os usos industriais e urbanos cresceram mais de 20 vezes a nível mundial, muito mais se considerarmos apenas os países desenvolvidos. Com estes usos aumentou muito a degradação da qualidade das águas, tanto superficiais como subterrâneas. Regiões onde a água era relativamente abundante passaram a conhecer a escassez porque a água deixou de estar disponível com a qualidade requerida para muitos dos seus usos. Tudo isto tornou a água um bem raro e criou condições para o desenvolvimento da indústria da água, seja para a tratar antes de ser consumida, seja para o tratamento das águas residuais, seja para a distribuição aos utilizadores, seja para a sua protecção e preservação. Tal tornou a água um bem económico e fez perder o sentido de outros dos seus valores.

A escassez da água, que se pode definir tomando um limiar de 2000 m³ por habitante e por ano, atinge agora largas áreas em todos os continentes. Grande parte dos países mediterrânicos vivem com menos de 1000 m³/hab/ano; ao contrário, Portugal tem uma posição privilegiada, com cerca de 3500 m³/hab/ano de recursos naturais renováveis e um total de mais de 6000 m³/hab/ano se contabilizados os recursos externos através dos rios internacionais. Esta situação é, porém, falaciosa porque são enormes as diferenças entre as terras montanhosas e litorais do Norte e as terras sub-húmidas ou semi-áridas do Sul e interior. Aí a escassez é real.

A escassez, fonte da preocupação de tantos, tem causas naturais e antrópicas. São naturais a aridez e as secas. A aridez é ditada pelo clima, que torna a precipitação insuficiente e sazonalmente distribuída, como entre nós, em que aos períodos de maior disponibilidade de energia solar corresponde baixa ou nula precipitação. O homem adaptou-se durante milénios a conviver com o clima, criou mecanismos de conservação e poupança de água, criou tecnologias apropriadas e ajustou a vida às disponibilidades naturais da água. Floresceram civilizações em ambientes de escassez, nomeadamente as que mais influenciaram a nossa cultura e a nossa história. Com a importação de modos de viver e de tecnologias de outras áreas, os saberes e os usos da água foram-se alterando e em muitos locais deixaram de ser sustentáveis os processos de desenvolvimento que se foram instalando.

As secas, como a que vivemos actualmente, são

naturais, devem-se à variabilidade normal do regime de circulação atmosférica, que produz períodos longos, demasiadamente longos mesmo, de bloqueio das massas de ar húmido. A sua ocorrência não é ainda previsível, pelo menos nas nossas condições, mas há processos de predictibilidade que podem ser explorados; a sua iniciação é suave, quase imperceptível; a sua duração é variável e o seu fim é difícil de reconhecer. Para minimizar os impactos da seca deve recorrer-se à gestão do risco, tanto no sentido de preparar as sociedades para a sua ocorrência, como no de mitigar os seus efeitos. As medidas preparatórias têm um papel fundamental neste contexto de gestão do risco, incluindo a exploração de sistemas de observação e de predição. Seria bom, porém, que houvesse um acordo mínimo relativo aos conceitos de seca, à sua caracterização e observação e à correspondente gestão do risco.

São regimes xéricos causados pelo homem a desertificação e a penúria de água. Esta deve-se essencialmente ao uso abusivo dos recursos naturais, nomeadamente a sobre-exploração das reservas subterrâneas e a degradação da qualidade das águas de superfície ou subterrâneas. Os processos que levam à penúria de água são facilmente reconhecíveis e as medidas de reabilitação também; são, porém, difíceis de aplicar quando se opõem a interesses e direitos reconhecidos aos utilizadores. As medidas preventivas são naturalmente as mais desejáveis e, pode dizer-se, a aplicação do princípio do poluidor-pagador ou, até certo ponto, do utilizador-pagador, consagradas na nova lei das águas, são medidas excelentes para evitar situações de escassez devidas ao uso abusivo da água.

A desertificação é um processo muito mais complexo visto que, para além de envolver a água, envolve a terra. Podemos dizer que se trata de um processo xérico de carácter permanente provocado pelo homem, seja pela inadequação do uso da terra e da água, seja pela insuficiência de medidas relativas ao território e às condições de vida das populações, seja ainda pela variação climática induzida pelo homem à escala global. A definição aceite pelas Nações Unidas é, frequentemente, interpretada de modo diverso, nomeadamente confundindo a noção restritiva de degradação do solo, muitas vezes limitada à erosão, com a de degradação da terra, muito mais vasta tanto em termos de espaço como de recursos envolvidos. Se bem que os processos de natureza física são determinantes, nomeadamente os que dizem respeito à aridez e às secas, que agem como catalizadores,

as componentes social e económica são relevantes, nomeadamente pelo despovoamento, envelhecimento da população e carência de meios e incentivos económicos. A luta contra a desertificação passa por reconhecer a susceptibilidade à desertificação e por implementar processos de reabilitação e modernização das condições de vida das populações que lhes permitam implementar processos de recuperação e de convivência com a adversidade do meio; de outra forma instala-se e vai-se progressivamente agravando.

A convivência com os regimes de escassez deve fazer-se através de medidas e práticas de conservação e poupança, não de carácter universal mas apropriadas às condições dominantes, ao ambiente social, cultural e económico e, claro, aos diversos usos. Para que tais medidas e práticas sejam implementáveis é, porém, necessário que à água seja dado um valor integral, não apenas económico. Como referimos atrás, aquilo a que se vai chamando indústria da água vai ganhando predominância no contexto da gestão da água, não só nos países desenvolvidos mas também nos outros. Sendo indústria e a água o seu produto, tende a sobrevalorizar o valor monetário da água – nomeadamente em relação com processos produtivos – ou até mesmo a não considerar os outros valores. A água tem, porém, valor social não só enquanto contribui para as relações sociais mas quando assegura que dado conjunto de utilizadores mantenha um modo de vida e o mantenha com qualidade. Tem um valor cultural, não só ligado ao uso que se faz da água para fins religiosos, por exemplo, mas enquanto vínculo dos saberes e das práticas tradicionais, inclusive as de gestão local como acontece há centenas de anos entre nós. Há um valor ambiental, que diz respeito à manutenção dos espaços que o homem usa, não necessariamente naturais mas antrópicos também, como é o caso dos lameiros e prados de lima das regiões montanhosas do Norte. Há um valor lúdico, que pode ter carácter desportivo ou simplesmente de passeio. Há um valor turístico, em que a água usada para fins agrícolas, por exemplo, cria condições atractivas para turistas, como acontece com os passeios pelas levadas da Madeira. Há um valor paisagístico, onde gerações sucessivas dominaram os recursos naturais, a água e o solo em particular, e criaram paisagens que só são susceptíveis de manter se à água for dado valor, como é o caso tão conhecido do Douro, embora esquecido do que à água se refere. Há até um valor institucional, que tem a ver com a gestão local da água, por exemplo nos

açudes e levadas do Norte, que as populações construíram quando o milho graúdo aí substituiu o milho painço, que têm vindo a manter e que continuam a gerir, cada vez com mais dificuldade porque os jovens e as oportunidades vão indo para as cidades.

À agricultura cabem grandes desafios por ser o principal sector utilizador. Em primeiro lugar porque a prioridade é dada aos usos não agrícolas; se apenas o valor económico contar, não há dúvida de que lhe caberá a última prioridade, exceptuando as culturas ricas, nomeadamente as que nos vêm à mesa em fresco; mas se à água for dado um valor integral, a política de afectação de recursos deverá tomar em conta outros factores e a conservação e poupança serão também requeridos aos outros sectores. Sendo a regra menos exigente quanto à qualidade da água, defende-se que lhe cabe a reutilização das águas residuais deixando para outros usos mais exigentes as águas de melhor qualidade; no entanto, evitar os riscos para a saúde pública, a poluição e a degradação dos solos exige tecnologias apropriadas que não estão ainda ao alcance do agricultor comum. Pretende-se que os agricultores usem menos água, alguns dizem mesmo consumam menos água, mas as velhas tecnologias, que foram eficientes durante séculos vão sendo abandonadas porque muitos as consideram obsoletas; na realidade a dificuldade está em melhorá-las e tornar rentável os investimentos. Utilizar tecnologias modernas é factível, rendoso e conduz a economias de água para as empresas tecnologicamente evoluídas; mas que soluções encontrar para evitar a proletarianização dos pequenos agricultores que se vêem confrontados com mecanismos de mercados e preços que lhes não permitem modernizar-se? Proclama-se a necessidade de maximizar a produtividade da água: maximizar a produtividade da água é possível para as grandes empresas, mas como fazê-lo com agricultores para os quais a terra é o factor produtivo limitante?

Entre nós os problemas não são tão agudos mas existem. Estes e outros desafios são reais, particularmente os que se colocam se se pretender dar à água um valor integral e não apenas financeiro. Nestas condições, coloca-se um desafio técnico-científico interessante: como reconhecer, avaliar e valorizar os usos múltiplos da água de forma a que a sociedade possa decidir como afectar os recursos, reconhecer benefícios ocultos e tornar sustentável o uso da água pelos diferentes sectores, atribuindo a todos os utilizadores os mesmos direitos e deveres de cidadania.



CRÓNICA DAS ACTIVIDADES DA SOCIEDADE CIENTÍFICA

No dia 4 de Março de 2005, realizou-se a Assembleia Geral da SCUCP, nas instalações da Universidade Católica. Foram admitidos como novos sócios as seguintes personalidades:

Alexandre Martins Moniz Bettencourt,
Isabel Maria Vilares Teixeira Cepeda,
José Manuel Damião da Cunha,
Paulo Ferreira da Cunha,
Luís Manuel C. Sousa Fábrica,
Luís Alberto Carvalho Fernandes,
Cândida Liberata Loureiro,
José Augusto Preto Xavier Lobo Moutinho,
Luís Santos Pereira,
Irene Vilar.

Antes da realização da Assembleia o Professor Doutor António Barbosa de Melo proferiu uma palestra intitulada "O Momento Político Português. Breve Reflexão", tema que suscitou uma grande participação por partes dos assistentes.

Ciclo de estudos

O Legado do Pensamento de João Paulo II

O CADC – Centro Académico de Democracia Cristã, em cooperação com a Sociedade Científica da UCP e com o apoio do Instituto de Bioética de U.C.P, promoveu em Outubro de 2005, um Ciclo de Estudos sobre "O Legado de Pensamento de João Paulo II". Foram contempladas as facetas que João Paulo II imprimiu na cultura contemporânea.

Este Ciclo de Estudos, pretendeu convocar um vasto público à participação no diálogo sobre as interpelações entre o cristianismo e o Homem contemporâneo.



➤ O Senhor Cardeal Patriarca, ladeado à esquerda pelo Reitor da UCP e à direita pelo Presidente da SCUCP.

Em Coimbra, a sessão realizou-se no dia 8 de Outubro e teve lugar no auditório do CADC e contou com as participações de D. Manuel Clemente, Doutor João Duque, Doutor Jacinto Farias e Dr. Paulo Teixeira Pinto. Em Braga, a sessão decorreu no dia 12 de Outubro nas instalações da Faculdade de Teologia e contou com a participação da Doutora Isabel Varanda. Em Lisboa, a sessão realizou-se no dia 13 de Outubro e teve lugar no Auditório Cardeal de Medeiros na sede central da UCP, e contou com a participação do Senhor Cardeal Patriarca, D. José da Cruz Policarpo, e dos Doutores João Carlos Espada, José Eduardo Borges de Pinho e Guilherme Oliveira Martins. No Porto a sessão realizou-se no dia 14 de Outubro e contou com a participação dos Doutores Walter Osswald, Adriano Moreira e Arnaldo Pinho.

Encontro de Natal

Este ano, a Direcção da SCUCP considerou oportuno promover o encontro de Natal da SCUCP no Norte. Esta actividade incluiu um Serão natalício, para além de visitas culturais à cidade Invicta e a S. Miguel de Seide – Famalicão, durante o fim de semana do 1º de Dezembro.

O Serão natalício foi preenchido com leitura de textos de Natal de autores portugueses, ditos por Aníbal Pinto de Castro e Maria Vitalina Leal de Matos, sendo os excertos de poesia intercalados com peças musicais alusivas ao espírito de Natal. Estas foram interpretadas pelo coro da Licenciatura em Música da Escola de Artes da UCP do Porto, dirigidos por Barbara Francke. Foram executadas obras de Mozart, Bach, Schubert e ainda de Frei Manuel Cardoso e Francis Poulenc.

Colaborou também neste Serão o conjunto EAnsemble da Escola das Artes da UCP dirigido pelo Maestro Pedro Monteiro.

Visita cultural

Aproveitou-se a ida ao Norte para visitar dois pólos de interesse científico: a Casa da Música, a Casa-Museu de Camilo Castelo Branco e o Centro de Estudos Camilianos.

Na Casa da Música foi possível realizar uma visita guiada a este moderno projecto cultural da cidade do Porto.

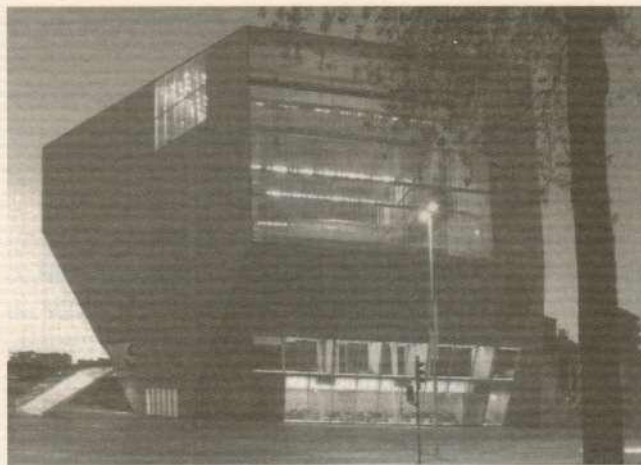
Este projecto promove o património musical portuense, a prática de ensino de música, as sociedades de concerto, orquestras variadas e a participação de individualidades com projecção nacional e internacional.


Com um programa para vários públicos, a Casa da Música permite a interactividade entre os visitantes e a música, através de um *cyber* espaço, um ponto de encontro entre música, computadores e as artes visuais. Uma área dedicada à apresentação/instalação de projectos multimedia e de investigação/composição na música e novas tecnologias. Espaço *cyber* envolve a pesquisa e a criação musical com vertente educativa.

Este centro cultural dispõe de 8 salas de ensaio, proporcionando aos artistas residentes e convidados toda a logística para a preparação do trabalho e espaço de repouso. Existem duas salas de maiores dimensões com capacidade para grupos de 20 a 120 elementos e estão preparadas com *régie* própria para funcionarem como estúdios de gravação.

A Casa da Música associa-se às grandes salas de espectáculo do mundo, não só ao nível do espaço, como também apresenta uma acústica com valores acima da média. Assim, o Grande auditório é considerada uma das melhores salas do mundo, segundo Renz Van Luxemburg, engenheiro holandês, que realizou os testes sonoros. Esta sala tem um volume de 17.300 m³ e 22 metros de largura, equiparando-se às melhores salas como a Concertgebouw, a Musikverein em Viena e o Auditório da Sinfónica de Boston, nos EUA. Este edifício é um projecto do arquitecto Rem Koolhaas que imprimiu uma arquitectura moderna num espaço musical virado para o futuro.

No 2º dia visitou-se o A Casa-Museu de Camilo Castelo Branco e Centro de Estudos Camilianos, em S. Miguel de Seide, Vila Nova de Famalicão. Esta instituição é o maior centro da memória e do património literário, iconográfico e artístico Camiliano. É um local de investigação e um pólo de animação cultural e artística. A orientação da visita esteve a cargo do seu director, Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro. Este considera que os projectos de investigação vão ser feitos em moldes modernos, e vão ter como base um levantamento da bibliografia activa e passiva de Camilo. O Centro de



Casa da Música, Porto 

Estudos Camilianos está a desenvolver um estudo iconográfico e documental a incidir na epistolografia.

Este centro cultural realiza exposições temáticas, para além de desenvolver uma programação de actividades que privilegiam sobretudo as áreas da música e do cinema.

Um dos fins do CEC consiste na promoção dos prémios atribuídos à sombra tutelar de Camilo: o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco e o Prémio Casa de Camilo.

Álvaro Siza Vieira, leitor assíduo do romancista, imprimiu modernidade arquitectónica a este novo centro de estudos da literatura portuguesa.

De destacar ainda neste fim de semana a visita ao Palácio da Bolsa do Porto, um edifício do século XIX, estilo neoclássico, considerada a sala de visitas por excelência do Norte e onde se realiza a maioria das recepções oficiais do Estado. É um espaço vivo e activo aberto à comunidade, propício para a organização de concertos, assembleias gerais, congressos, leilões e exposições.

O Palácio da Bolsa foi um dos fundadores dos *Historic Conference Centres of Europe*, rede que reúne a nível europeu palácios, monumentos ou edifícios históricos que funcionam como centros de conferências.

Esta visita foi facultada amavelmente pelo departamento de Relações Institucionais e Sociais.

Reunião de coordenadores

Durante este ano realizaram-se periodicamente reuniões de Coordenadores das Secções: de Ciências do Ambiente, Economia, Ciências e Tecnologia da Saúde, Ciências Sociais e Políticas, Literatura e Linguística e Ciências da Comunicação - Informação.

O colóquio das três primeiras secções referidas realizar-se-á no próximo mês de Maio sob o título "População, Desenvolvimento, Valorização de Recursos".

OUTROS EVENTOS

A imagem de Nossa Senhora de Fátima na UCP

No dia 12 de Novembro a UCP teve a visita especial da Imagem de Nossa Senhora de Fátima da Capelinha das Aparições. Celebrou-se a Santa Missa no Auditório Cardeal de Medeiros, seguindo-se a recitação do Terço. Estiveram presentes representantes do corpo académico e do pessoal administrativo. Seguidamente a Imagem foi levada para a procissão das velas em Lisboa.

A Universidade Católica congratula-se de ter recebido a Imagem de Nossa Senhora, por ocasião do Congresso Internacional da Nova Evangelização, que decorreu em Lisboa de 8 a 15 de Novembro. Um acon-



➔ *O andor de Nossa Senhora na capela da UCP com o Prof. César das Neves, o Reitor da UCP Manuel Braga da Cruz e o Prof. José Lobo Moutinho que o levaram para o auditório Cardeal de Medeiros, e o Capelão da Universidade Pe. Hugo dos Santos.*

tecimento único para UCP e, que raramente acontece pelas excepcionais saídas desta Imagem da Cova de Iria.

Sessão de homenagem ao Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro

por *Cristina Robalo Cordeiro**

Na manhã de 26 de Novembro de 2005, um grande número de colegas, de amigos e de antigos alunos enchia o Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra para participar na homenagem prestada, no final da VII Reunião Internacional de Camonistas, à pessoa e à obra

* Vice-Reitora da Universidade de Coimbra.

do Doutor Aníbal Pinto de Castro. Cinco oradores evocaram a rica diversidade desta figura maior da nossa Universidade. Cleonice Berardinelli, vinda do Rio de Janeiro, falou, com delicadeza e muita ternura, em nome de todos os admiradores estrangeiros do mestre, sublinhando a conjugação da força e da finura que caracteriza a personalidade intelectual do grande erudito. Vítor de Aguiar e Silva, condiscípulo, colega a sobretudo companheiro, traçou, com franqueza e humor, um retrato de homem, da sua natureza generosa, pronta a inflamar-se e ávida de partilhar: a expressão “prodígio barroco”, para qualificar a exuberância deste temperamento, talhado para defrontar tempestades, vem coroar um discurso ao mesmo tempo comovido e viril. Interveio de seguida o representante dos discípulos: José Cardoso Bernardes, colocado perante a difícil tarefa de falar do seu professor na sua presença, soube encontrar o tom justo. Sem compprazimento e escolhendo habilmente as palavras, descreveu menos o diálogo do que a dialéctica do assistente e do orientador. Estas três alocuções, todas perpassadas de afecto, tomaram sensível ao público não apenas os múltiplos méritos do Professor mas também os benefícios do que Platão chama a “boa retórica”, o poder da palavra posta ao serviço de uma nobre causa. De facto, através da evocação da carreira exemplar de Aníbal Pinto de Castro, foi a questão das humanidades, da nossa língua nacional e do génio português que se encontrou realçada. O vazio científico e moral deixado na Faculdade pela partida do professor acentua, como o mostrou também o novo director da Biblioteca Geral, Doutor Carlos Fiolhais, a gravidade da crise vivida pelo ensino literário. O reitor, Professor Fernando Seabra Santos, escolheu concluir a sessão, no entanto, num registo optimista, colocando a tónica no enorme trabalho de modernização empreendido por Aníbal Pinto de Castro como director da Biblioteca Geral. Hoje, fora da Universidade mas muito perto dela, na Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, cuja direcção assumiu, Aníbal de Castro vela sobre outros interesses. Não há dúvida de que há nesta escolha feita pelo infatigável professor uma última lição.

Homenagem

No dia da Universidade Católica, em 4 de Fevereiro de 2005, que se celebrou nas instalações da UCP no Centro Regional do Porto, foi agraciada com a Medalha de Prata a Sr.^a D. Maria Natália Areal de Rothes, pelos 25 anos de dedicação generosa e abnegada de exemplar profissionalismo, ao serviço da Universidade Católica Portuguesa, nos secretariados dos Cursos de Ciências da

Informação, nos Mestrados da Faculdade de Direito, no Centro de Estudos Sócio-Pastorais, no Centro de Estudos Europeus e no Instituto de Coordenação e Investigação Científica. A partir de 2001 tem sido a Secretária executiva da Sociedade Científica.

A Direcção da Sociedade Científica, congratula-se vivamente com a Sr.^a D. Maria Natália, fazendo votos de longos e muitos anos ao serviço da SCUCP.

PARA SEMPRE AUTORES E OBRAS

Prof. Doutor João de Matos Antunes Varela (1919-2005)

por J. M. Cardoso da Costa



Em 27 de Setembro de 2005, chamou o Senhor à Sua presença o Doutor João de Matos Antunes Varela, Professor que foi da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e também da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, e sócio dos

mais ilustres da sua Sociedade Científica. Honra-me a Direcção desta última ao solicitar-me que escreva, para inserir neste número do Boletim, uma nota evocativa da sua memória: faça-o com particular emoção.

Nascido no Ervedal, Aviz, em 15 de Dezembro de 1919, João Antunes Varela rumou a Coimbra para cursar a Faculdade de Direito e, aí, logo se evidenciou, entre os condiscípulos e contemporâneos, como estudante invulgarmente distinto e, a um tempo, membro interveniente e destacado da academia, de cuja Associação foi presidente, no seu ano de quintanista. Depois, foi o ingresso no corpo docente da Faculdade, como Assistente, início de uma brilhante carreira universitária, que culminou na ascensão ao lugar de Professor Catedrático aos 35 anos de idade – em concurso (então de provas públicas) já realizado quando exercia as funções de Ministro da Justiça.

Como se assinala no Editorial que lhe dedicou a «sua» *Revista de Legislação e Jurisprudência* – a centenária revista coimbrã, de que era o Director há praticamente 25 anos, e que efectiva, empenhada e desveladamente dirigiu, enquanto a saúde para tanto de todo lhe não faltou – «o Doutor Antunes Varela foi um dos mais

destacados juristas portugueses do século XX». E foi certamente, no seu tempo, um daqueles, porventura aquele que deixou uma marca e uma influência mais fundas nas áreas do Direito que cultivou: o direito civil, o direito privado em geral, e o direito processual civil.

Essa marca e essa influência deixou-as ele em múltiplos planos e por multimoda forma: – deixou-as, desde logo, como professor de excepção, de quem sucessivas gerações de estudantes recordam a luminosidade, o rigor e a elegância da exposição e a solidez do ensino; – deixou-as como investigador, cientista e doutrinador do Direito, numa vasta produção bibliográfica, desde os estudos de grande fôlego às simples anotações de jurisprudência, mas sobretudo naquelas que podem dizer-se as obras da sua vida: o grande e notável manual de *Direito das Obrigações*, em dois volumes, com sucessivas reedições, e o *Código Civil Anotado*, de co-autoria com o Professor Fernando Pires de Lima (mas cuja responsabilidade passou a recair exclusivamente sobre si após o falecimento deste, e cuja publicação levou até ao fim, com a colaboração do Doutor M. Henrique Mesquita, seu mais próximo discípulo), obras de referência incontornáveis, na literatura jurídica portuguesa, tanto no campo da formação, como no da prática jurídica e forense; – deixou uma forte marca e exerceu uma forte influência como jurisconsulto, jurisconsulto sempre atento à realidade da vida e ao direito vivo da prática e, também por isso, considerado e ouvido, como poucos, nos nossos tribunais; – deixou, enfim, uma marca e uma influência particularmente fundas como Ministro e reformador, Ministro da Justiça que foi durante treze anos, entre 1954 e 1967, anos ao longo dos quais empreendeu e concretizou, para além de tudo o mais, uma obra ímpar de reforma e de modernização da nossa ordem jurídica, em particular do nosso direito privado, a qual teve como máximo expoente o novo Código Civil, de 1966, para cuja elaboração foram decisivas a sua determinação, a sua capacidade catalizadora e a sua invulgar competência, ele próprio tendo chamado a si a harmonização do articulado e a redacção final do respectivo Projecto. Mas a obra reformadora do Ministro Antunes Varela não se confinou efectivamente ao direito privado e aos domínios jurídicos processual e instrumentais adjacentes: há que recordar, especialmente, que a ele se ficou a dever também o primeiro impulso governamental e a primeira iniciativa de modernização do direito criminal português, traduzida na incumbência cometida ao Professor Eduardo Correia de elaboração de um Projecto de Código Penal, Projecto este concluído em 1966, e cuja Parte Geral ainda foi revista pelo Ministro, e Projecto que (julgo não me equivocar ao afirmá-lo) ficou a constituir a matriz, afinal, da nossa moderna legislação

criminal, vinda à luz uma década e meia depois, já num novo contexto político-constitucional e social.

Encerrado o período desta larga e fecunda actividade governativa, voltou o Doutor Antunes Varela, com a simplicidade que o caracterizava, ao ensino e à actividade de jurisconsulto, tarefas a que se dedicou intensamente – até que viu interrompida a possibilidade de exercê-las no País, quando, apanhado pelas malhas da história e pelos excessos impiedosos da revolução, foi injustamente afastado da Universidade e teve de exilar-se no Brasil. No país irmão, a par da prática da advocacia e consultadoria, encontrou acolhimento na Universidade Federal da Bahia, onde ensinou por alguns anos e onde deixou um rasto de enorme prestígio – bem traduzido na insistência com que de muitos lados o instaram a aí continuar.

Regressou a Portugal, porém, logo que as portas da sua Universidade coimbrã lhe foram reabertas, para retomar, com a mesma serenidade e tranquilidade e o mesmo afincio, as suas actividades de sempre. É então que passa a integrar também o corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, enriquecendo-a com o seu saber e inexcusável competência: nela professou, no pólo de Lisboa, ao largo de vários anos, o ensino de disciplinas da sua área jurídica, ao mesmo tempo que lhe foram confiadas as funções de direcção da Faculdade, que exerceu devotadamente. Mais tarde, acolheu ainda uma nova solicitação, agora da Universidade Lusitana, e também nela ministrou o seu ensino – permanentemente procurado.

O Professor Antunes Varela foi um insigne universitário e um insigne jurista e foi um grande Mestre. Foi um cidadão empenhado e um governante distinto, que serviu o País, no seu tempo e na sua circunstância, de modo excepcionalmente relevante. Foi um cristão convicto, fiel aos seus valores e aos seus princípios, e agindo em consequência. Deixou, em todos quantos tiveram o privilégio de com ele conviver ou receberam o favor da sua amizade, a lembrança de um Homem em que a sabedoria ou o poder não ofuscaram a riqueza da simplicidade e da afabilidade do trato, de um Homem acolhedor e compreensivo, aberto e interessado pelos outros.

O Doutor João de Matos Antunes Varela descansa agora no regaço de Deus. A Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa guarda comovidamente a sua memória.

Rev. António da Silva, S.J. (1926-2005)

Nasceu em Ferreira do Zêzere e foi ordenado sacerdote em 1957.

Ingressou na Companhia de Jesus, em Setembro de 1944. Doutorou-se em Missiologia, na Universidade Gregoriana, em Roma, no ano de 1964. A sua tese intitulada *Para uma Pastoral em Portugal*, baseia-se na doutrina do Concílio Ecuménico Vaticano II.

Foi redactor da Revista *Broteria*, sendo depois seu director de 1983 a 1993. António da Silva deu um vasto contributo para esta revista com 230 artigos publicados.

De realçar os estudos *O Universitário Português* (1967), que traça o perfil do estudante na Universidade em Portugal, e o *Projecto de Ensino e Antropologia Cultural* (1971), reflexão sobre a reforma do ensino projectado pelo Ministério da Educação à luz da disciplina de Antropologia Cultural.

Rev. Pedro Romano Rocha, S.J. (1926-2005)

Nasceu em Setúbal a 9 de Março, no dia da festa litúrgica de Santa Francisca Romana. De lá lhe veio o sobrenome de Romano, como ele gostava de sublinhar.

Estudou Filosofia em Braga e Teologia em Granada, onde foi ordenado sacerdote a 15 de Julho de 1955.

Iniciou a missão sacerdotal na Residência da Lapa, sendo depois nomeado Vice-Superior do Lar da Imaculada Conceição, anexo ao Colégio das Caldas da Saúde (Santo Tirso). Ensinou alguns anos em Soutelo e no Colégio São João de Brito.

Em 1963, foi enviado para o Instituto Católico de Paris, para se especializar em liturgia. Ali apresentou e defendeu a tese de doutoramento *L'Office Divin au Moyen Âge dans L'Eglise de Braga*. A partir de então, dedicou-se ao ensino da liturgia, primeiro no seminário dos Olivais e depois em Roma, na Universidade Gregoriana, onde viveu e ensinou durante 23 anos. Vinha a Portugal ministrar cursos na Universidade Católica e também no Seminário Maior de Santiago de Compostela. Fruto deste trabalho foram os numerosos artigos que escreveu e os três volumes *Ao ritmo da liturgia*, compilação de reflexões publicadas no *Osservatore Romano* (edição portuguesa).

Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 351 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46

Director

José Jacinto Farias

Revisão

José Cardoso

Digitalização de imagem

Digicult

Paginação e Impressão

Sersilito - MAIA

Depósito Legal

N.º 74994/94